

Editorial

O vigésimo aniversário da Revista Portuguesa de Educação e o actual momento de mudança no ensino superior, incluindo o português, convidam a perguntas que, em tempo de manifesta escassez de respostas, abram espaços de discussão e ensaios de opções. Quando reflectimos sobre o papel da edição científica periódica, alguns tópicos impõem-se-nos com uma força inapelável: Em que sentidos se pode falar de 'projectos editoriais', designadamente no campo dos estudos educacionais? Que interfaces podem aqueles manter com as comunidades académico-científicas e profissionais a que se referenciam? Qual o papel da edição periódica na elaboração dos *acordos-em-processo* que sustentam as práticas de investigação e edição científicas no campo educacional? Pode falar-se de uma 'esfera pública' actuante neste universo? Se sim, que contornos, práticas e relações de poder a configuram? Que regras, critérios, procedimentos e mecanismos de controlo sustentam e legitimam a 'arbitragem científica' como instituição-charneira da edição e da investigação? Que impactos e interacções decorrem das exigências e processos de internacionalização? A indispensável reflexividade do campo em que nos situamos implica analisar estruturas e instituições, projectos e práticas editoriais, bem como os sentidos e motivações que os seus protagonistas neles investem.

A relativa lassidão das fronteiras do domínio dos estudos educacionais não significa que não sejam aí reconhecíveis polarizações e cruzamentos em torno de áreas e disciplinas científicas, eixos temáticos e metodológicos, bem como comunidades de referência e prática académicas. Este número da RPE continua a testemunhar, pelos textos que oferece, aquela pluralidade exigente e manifestamente credora do rigor teórico e da abrangência do olhar. Saberes de fronteira, eis onde se constrói a identidade de muito do nosso conhecimento: fronteiras onde se cruzam, confrontam e comunicam patrimónios e paradigmas teóricos, problemáticas e práticas de pesquisa.

Madalena Fontoura discute políticas públicas de educação com uma abordagem que procura traçar nexos de sentido para os últimos trinta anos da relação entre o Estado, a sociedade civil e o mercado. O debate sobre a *governabilidade*, os conceitos e práticas de *governança*, o lugar axial dos *instrumentos* de acção política proporciona uma leitura e uma construção argumentativa em torno de medidas de política educativa desenvolvidas ao longo das últimas décadas.

O artigo de Daniela Silva discute dinâmicas de poder e influência nos contextos de acção organizacional. Adoptando uma focalização micropolítica, a Autora procura apreender configurações e confrontos de interesses,

posicionamentos dos actores e as suas possibilidades de acção no quadro de um dos órgãos centrais dos Agrupamentos de Escolas.

Explorando os factores envolvidos nas escolhas de cursos e instituições por estudantes do ensino superior agrário português, Isabel Ribeiro mostra como diversas associações de variáveis podem determinar condições ou segmentos de populações específicos. Assim, segundo a autora, factores pessoais, de desempenho e académicos, contextuais ou socioeconómicos podem conjugar-se de modos distintos na construção de escolhas educacionais.

A circulação de discursos e saberes no campo educacional é objecto do texto de Cristina Gouvêa. Aqui, para o estudo da emergência da categoria aluno e da "construção histórica do protagonismo desse actor na cena escolar", através do que refere como a "polifonia de discursos sobre este sujeito social", a Autora considera, como eixos de análise, os autores, os espaços de difusão e os tópicos das produções discursivas.

Ângela Pinheiro, Carolina da Cunha e Patrícia Lúcio apresentam um estudo que investiga os processos utilizados por crianças na aquisição da leitura. Explorando dados de investigação, as Autoras concluem que os leitores iniciantes parecem usar uma estratégia predominantemente fonológica que tende a diminuir com o avanço da escolarização em favor da leitura lexical.

Magda Damiani discute actividades didácticas alternativas às que utilizam os textos apenas como fontes de informações. Apoiando-se na Psicologia Sócio-Histórica, a Autora defende "a possibilidade de os textos atuarem como mediadores de actividades de pensamento" concorrendo para estimular "sistematicamente o duvidar epistemológico entre os estudantes". Por fim, o artigo de Maria José Cunha discute a questão da animação educativa no desenvolvimento pessoal e social de futuros formadores. Fundamentando a inclusão da oficina de expressão dramática e teatro na formação inicial de educadores de infância e professores do 1º ciclo, a Autora apresenta a metodologia, a planificação, implementação e avaliação da acção, discutindo os dados proporcionados pelo estudo.

Quando a Revista Portuguesa de Educação completa vinte anos de participação nos campos académico-científicos do mundo lusófono e ibero-americano, as interrogações sobre as regras, as lógicas, os interesses e as implicações que aqueles actualizam e mobilizam impõem-se como correlato do projecto editorial que se vem protagonizando. Eis um debate e uma propositura que colocam interpelações e desafios a confrontar num futuro previsivelmente muito próximo.

Fátima Antunes